



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL  
SILVIO CAMELO  
PARTIDO VERDE-PV

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2868/2025  
Data: 25/11/2025 - Horário: 12:48  
Legislativo

PROJETO DE LEI N.º DE 2025

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO E DISTRIBUIÇÃO DE SACOS E SACOLAS PLÁSTICAS NÃO RECICLÁVEIS, BEM COMO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE SE UTILIZAR AS EMBALAGENS RECICLÁVEIS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT, PELOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º** Fica proibido a todos os estabelecimentos comerciais do Estado de Alagoas, para o acondicionamento e transporte dos produtos vendidos, utilizar e distribuir gratuitamente sacos e sacolas plásticas não recicláveis.

**Art. 2º** Torna-se obrigatória aos estabelecimentos comerciais do Estado de Alagoas a utilização de sacos e sacolas plásticas recicláveis ou reutilizáveis, de acordo com o previsto nas especificações da Norma Técnica NBR nº 14.937 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, substituindo ou não fazendo uso das antigas embalagens.

§ 1º Considera-se, para fins deste artigo, que os sacos e sacolas plásticas recicláveis, a serem utilizados no acondicionamento e transporte de produtos pelos consumidores, deverão ser reutilizáveis e/ou retornáveis, confeccionados com mais de 51% (cinquenta e um por cento) de material proveniente de fontes renováveis.

§ 2º Deverão constar nas sacolas plásticas especificadas no parágrafo anterior, em impressão visível e clara, os seguintes itens:

- I - informação sobre o peso e o volume suportados, conforme as especificações definidas pela ABNT;
- II - nome e CNPJ de seu fabricante;
- III - declaração expressa de que atende às especificações definidas pela ABNT.

**Art.3º** As disposições desta Lei não se aplicam a:

- I - embalagens originais de mercadorias;
- II - embalagens de produtos alimentícios vendidos a granel;
- III - embalagens de produtos alimentícios que vertam água;
- IV - sacos e sacolas fornecidas pelo próprio estabelecimento para a pesagem e embalagem de produtos perecíveis;
- V - filme plástico para embalar alimentos;
- VI - produtos que necessitem de plásticos especiais, podendo, neste caso, o Poder Público exigir a comprovação da necessidade ou instituir procedimento prévio para sua aferição.

**Art.4º** Os estabelecimentos comerciais devem ofertar gratuitamente aos clientes alternativas para as sacolas plásticas não recicláveis, tais como sacolas de papel e/ou sacolas plásticas recicladas pós consumo. (Redação dada pela Lei nº 9817/2024)

**Art. 4º-A** O disposto nesta Lei se estende aos estabelecimentos atacadistas em relação aos produtos comercializados no varejo. (Redação acrescida pela Lei nº 9817/2024)

**Art.5º** O Poder Executivo Estadual poderá instituir programas especiais de orientação e divulgação quanto ao uso e aplicação dos sacos e sacolas plásticas especificados nesta Norma, bem como instituir programas de conscientização sobre a importância de reutilizar o referido material para se diminuir a poluição e a contaminação do ecossistema.

**Parágrafo único.** Para o cumprimento do determinado no caput deste artigo, o



Poder Público poderá celebrar convênios e parcerias com a iniciativa privada, com organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil organizada.

**Art.5º-A** Os estabelecimentos disciplinados por esta Lei deverão afixar placas visíveis com as disposições do art. 4º, a fim de cientificar, inequivocamente, a respeito das alternativas conferidas por esta Lei, bem como da referida gratuidade. (Redação acrescida pela Lei nº 9817/2024)

Art. 6º A substituição das embalagens mencionadas no art. 1º deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8.069, de 21 de setembro de 2011.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA O ESTADO DE  
ALAGOAS. MACEIÓ, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.



SILVIO CAMELO  
Deputado Estadual  
Partido Verde-PV





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL**  
**SILVIO CAMELO**  
**PARTIDO VERDE -PV**

**JUSTIFICATIVA**

Apresentamos à consideração dos nobres pares este Projeto de Lei que visa instituir, em âmbito estadual, que os estabelecimentos ficam obrigados a fornecer gratuitamente sacolas recicláveis, biodegradáveis, oxidegradáveis, provenientes de reciclagem, de papel ou consideradas ecologicamente corretas para o acondicionamento das mercadorias

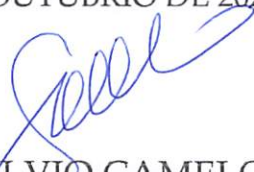
Necessário informar que a lei não se aplica às embalagens originais das mercadorias, as utilizadas para pesagem de produtos perecíveis e aos filmes plásticos destinados ao armazenamento de alimentos.

As embalagens para transporte também devem ser confeccionadas com mais de 51% de material proveniente de fonte renovável, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como, prevê o presente projeto de lei a determinação para que os estabelecimentos disciplinados por esta Lei deverão afixar placas visíveis com as disposições do art. 4º, a fim de cientificar, inequivocamente, a respeito das alternativas conferidas por esta Lei, bem como da referida gratuidade.

Por fim, ressaltamos que o objetivo principal da norma em questão é diminuir os danos causados ao meio ambiente pelos materiais abordados no texto

Diante do exposto e em face da importância da matéria, peço o apoio dos ilustres membros desta Casa para a aprovação do Projeto de Lei em tela.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA O ESTADO DE ALAGOAS.MACEIÓ, 12 DE OUTUBRO DE 2025.

  
**SILVIO CAMELO**  
Deputado Estadual  
Partido Verde-PV